

Acerca de “fenômenos políticos curiosos”: a politização do campo cultural no Brasil contemporâneo

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v12i23.53266>

Alexandre Barbalho¹

Resumo O objetivo deste artigo é apresentar a tese de que, a partir de 2003, com o início do governo Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), e da gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC), ocorreu um processo singular de *politização do campo cultural* brasileiro. Para tanto, aborda a cultura política que sustenta o “modo petista de governar” e seus efeitos para a política cultural da era petista. Na sequência, analisa o esforço do MinC em institucionalizar a cultura como objeto de políticas públicas de Estado. Por fim, analisa dois momentos paradigmáticos de expressão da politização do campo cultural: a oposição à gestão da ministra da Cultura Ana de Hollanda no primeiro governo Dilma e a reação à tentativa de extinção do MinC no governo Temer.

Palavras-chave: campo cultural; campo político; política cultural; Brasil.

Sobre “fenómenos políticos curiosos”: la politización del campo cultural en el Brasil contemporâneo

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar la tesis de que, a partir de 2003, con el inicio del gobierno de Lula, el Partido de los Trabajadores (PT), y la gestión de Gilberto Gil al frente del Ministerio de Cultura (MinC), ocurrió un proceso de forma singular de politización del campo cultural brasileño. Para tanto, aborda la cultura política que sustenta la “forma de gobernar del PT” y sus efectos en la política cultural de la época del PT. A continuación, analiza el esfuerzo del MinC por institucionalizar la cultura como objeto de las políticas públicas del Estado. Finalmente, analiza dos momentos paradigmáticos de expresión de la politización del campo cultural: la oposición a la gestión de la ministra de Cultura Ana de Hollanda en el primer gobierno de Dilma y la reacción al intento de extinción del MinC en el gobierno de Temer.

Palabras clave: campo cultural; campo político; política cultural; Brasil.

About “curious political phenomena”: the politization of the cultural field in contemporary Brazil

Abstract: The purpose of this article is to present the thesis that, from 2003, with the beginning of the Lula government and the administration of Gilberto Gil at the Ministry of Culture (MinC), a singular process of politicization of the Brazilian cultural field took place. Therefore, it addresses the political culture that sustains the “petista way of governing” and its effects on the cultural policy of the Workers Party era. Next, it analyzes the MinC’s effort to institutionalize culture as an object of State public policies. Finally, it analyzes two paradigmatic moments in the expression of the politicization of the

¹ Alexandre Almeida Barbalho. Professor dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE. Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas de Cultura e de Comunicação (CULT.COM). E-mail: alexandrealmeidabarbalho@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-4612-6162>

Recebido em 23/02/2022, aceito para publicação em 18/07/2022, disponibilizado online em 01/09/2022.

cultural field: the opposition to the administration of Minister of Culture Ana de Hollanda in the first Dilma government and the reaction to the attempt to extinguish the MinC in the Temer government.

Keywords: cultural field; political field; cultural policy; Brazil.

Acerca de “fenômenos políticos curiosos”: a politização do campo cultural no Brasil contemporâneo

O objetivo deste artigo é sistematizar a tese, já esboçada em trabalhos anteriores², de que, a partir de 2003, com o início do governo de Luís Inácio “Lula” da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e da gestão do músico e compositor Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC), se iniciou um processo singular de *politização do campo cultural* brasileiro a partir de dois movimentos principais. O primeiro refere-se à crescente incorporação, desde aquele ano, de setores da sociedade civil e suas agendas anteriormente pouco ou nada contemplados pelas políticas públicas de cultura, como, por exemplo, movimentos LGBTQIA+, negros, feministas, indígenas e das culturas

populares³. O segundo concerne ao progressivo manuseio, por parcela considerável de agentes do campo cultural, de mecanismos, valores, repertórios e controvérsias próprios ao campo político, tais como “eleição”, “representação”, “deliberação”, “participação”, “consulta pública”, “democracia direta”, “plebiscito” etc⁴, que passaram a circular no circuito interno ao campo constituindo uma nova *doxa*.

Se é possível falar que princípios de divisão ou de valores podem ser importados de outro campo ou importados por um campo, esse conjunto de “palavras de ordem” da

² Nessas primeiras reflexões, a principal chave analítica era a da crise que a política cultural vivenciou a partir do primeiro governo de Dilma Rouseff à frente da Presidência da República (2011-2014). A esse respeito ver Barbalho (2018; 2017a; 2017b).

³ Exemplar é a institucionalização das agendas culturais do movimento LGBTQIA+ via política cultural em âmbito federal (MUNIZ JÚNIOR; BARBALHO, 2020).

⁴ Valores que, por sua vez, foram se impondo como *doxa* dominante entre os políticos com o retorno à democracia em 1984, após vinte anos de regime militar, e à promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”.

política foi introduzido no campo cultural e nesse *campo híbrido* ou *submeta-campo estatal* que é o da *política cultural*⁵, a partir da chegada no MinC de uma nova elite dirigente que conquistou o monopólio de distribuição do poder público e do uso legítimo dos recursos políticos daí advindos, incluindo o de promulgar atos de Estado que pretendem exercer efeitos sobre a sociedade (BOURDIEU, 1989; 2011; 2012), como é o caso dos diversos programas, ações e editais lançados pelo Ministério.

Esse *submeta-campo*, tal como os demais campos e subcampos, deve ser entendido como campo de forças e de lutas que buscam transformar a relação de poder que lhe confere a estrutura em determinado momento.

⁵ É fundamental levar em consideração os necessários cruzamentos de interesses entre agentes de ambos os campos (político e cultural) e aqueles que os integram simultaneamente ao atuarem como elaboradores das políticas culturais. Isso é possível porque o Estado, como detentor de meta-capital, concentra capital político, econômico, social e cultural. Torna-se, assim, um espaço de convergência e embate entre os diversos campos; um poder acima dos outros poderes, um meta-campo (BOURDIEU, 2012). A relação do meta-campo estatal com os agentes culturais se dá por meio das políticas governamentais de cultura e o controle desse recurso fundamenta e ocasiona lutas permanentes no interior dos campos político e cultural.

De modo que, como se verá nas próximas seções, esses agentes recém-chegados se empenharam por implementar a proposta do candidato Lula para o setor expressa no documento de campanha “A imaginação a serviço do país” por meio do “modo petista de governar”, uma categoria nativa elaborada pelos intelectuais do PT para designar o seu *modus operandi* de gestão da coisa pública.

O referido fenômeno se diferencia de outros quatro, que lhe são próximos e não excludentes. O primeiro é o da *participação dos intelectuais como agentes do meta-campo estatal*, desempenhando funções administrativas como funcionários efetivos ou em cargos de confiança em órgãos não necessariamente ligados à cultura⁶.

O segundo é o da configuração de um *campo cultural politizado*, ou seja, do posicionamento e atuação dos agentes culturais na esfera pública a partir de pautas e agendas do campo político como exemplifica o contexto, no Brasil, dos anos 1950 e, principalmente, 1960, com o

⁶ A esse respeito ver, por exemplo, Miceli (1979), Sevcenko (1983) e Pécaut (1990).

engajamento desses agentes em torno da pauta do nacional-desenvolvimentismo e das reformas estruturais de base (reforma agrária, reforma sindical etc.)⁷.

O terceiro fenômeno, de ordem estética, é o da *produção cultural politizada*, quando os artistas incorporam, de modo explícito ou implícito, mensagens políticas e sociais nos conteúdos e nas formas de suas obras. Em alguns períodos específicos, essa qualidade se ressalta diante do fruidor, como, por exemplo, a preocupação social expressa de modo recorrente nas artes visuais brasileiras entre os anos 1930 e 1970 (AMARAL, 1984).

Por fim, o quarto fenômeno é o da *culturalização do campo político*, um movimento inverso, mas não contrário, àquele da *politização do campo cultural*. Pode-se identificar dois processos sob esse mesmo fenômeno. Um é a *incorporação pela política de temas, questões e controvérsias próprias ao campo cultural* como os debates ligados à relação entre estética, moral e

reconhecimento. A *culturalização do campo político* nessa perspectiva assume, em geral, a forma de *guerras culturais*, tais como as que se dão no Brasil contemporâneo e que têm no episódio do cancelamento da exposição *Queer museu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* um caso emblemático. Tendo entrado em cartaz no Santander Cultural em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, em agosto de 2017, com previsão de permanecer por dois meses, a mostra foi encerrada um mês depois após manifestações contrárias, presenciais e nas redes sociais, por parte de vários movimentos, alguns auto-definidos como “liberais”, a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL) – movimento que iria lançar candidatos para o poder legislativo nas eleições do ano seguinte.

Aventa-se aqui a hipótese de que o recrudescimento crescente das *guerras culturais* vivenciado no país se relaciona com a *politização do campo cultural*⁸ e a visibilidade e autoridade

⁷ A esse respeito ver, entre outros, Hollanda e Gonçalves (1986), Coutinho (1979), Miceli, (1985) e Schwarz (1978).

⁸ Para uma análise mais ampla das guerras culturais no contexto brasileiro, inclusive em sua relação com as políticas culturais, ver, entre outros, Gallego, Ortellado e Moretto (2017), Domingues, Paula e Silva (2018), Domingues e Paula (2019), Domingues e Lopes (2014) e Miguel (2018).

de agendas identitárias e de reconhecimento próprias às *políticas culturais das minorias* (BARBALHO, 2010), tais como legalização do aborto, cotas raciais e sociais, expressão pública das sexualidades, casamento homoafetivo, demarcação de terras quilombolas, proteção jurídica das culturas indígenas, reconhecimento e consagração do saber e das artes populares etc. Esse novo arranjo de forças, acredita-se, incomodou e provocou a reação de setores conservadores e até mesmo liberais da sociedade brasileira.

O outro fenômeno subsidiário à *culturalização do campo político* ocorre quando seus agentes incorporam os procedimentos da produção cultural ou mais especificamente publicitária visando atrair a atenção e adesão do público, geralmente identificado como eleitor, às ideias e seus porta-vozes que estão em disputa no campo. Esse fenômeno tem recebido várias denominações, mas talvez a mais apropriada seja *espetacularização da política*. Não se trata aqui da relação inespecífica entre espetáculo e política que remete, no mínimo, à Grécia antiga, como situa Albino Rubim, e sim de seu *formato contemporâneo em*

uma sociedade estruturada em rede e ambientada pela mídia, ou seja, “na tentacular presença da mídia e das redes midiáticas e na dimensão pública de sociabilidade conformada por elas que se transforma no ambiente, por excelência, da atualidade e de sua experiência singular de vida” (RUBIM, 2003, p. 14-15).

Compreende-se que as fronteiras que delimitam esses cinco fenômenos (*participação dos intelectuais como agentes do metacampo estatal; campo cultural politizado, produção cultural politizada, culturalização do campo político e politização do campo cultural*) são bastante tênues, permitindo a sobreposição entre eles e criando zonas híbridas. Contudo, a tipologia responde ao desafio de demarcar, para fins heurísticos, a singularidade da *politização do campo cultural*, tal como definido no início desta seção, ante esses outros acontecimentos que lhe são afins.

Para sustentar a tese da *politização do campo cultural*, o artigo se organiza em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, aborda-se a cultura

política que sustenta o “modo petista de governar” e seus efeitos para a política cultural do Governo Federal durante os governos do PT (2003-2016). Na sequência, analisa-se algumas das ações fundamentais para esse processo e que se relacionam com o esforço de institucionalizar a cultura como objeto de políticas públicas de Estado, a saber, a realização das Conferências, a elaboração do Plano e a implementação do Sistema Nacional de Cultura. Na terceira parte, discute-se a forma como se expressou a politização do campo ainda na vigência do ciclo petista durante a gestão da ministra da Cultura Ana de Hollanda no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014). Por fim, analisa-se como o campo reagiu à tentativa de extinção do MinC no governo de Michel Temer (2016-2018).

Seção 1

As bases conceituais mais imediatas das políticas do MinC a partir do primeiro governo Lula (2003-2006) devem ser buscadas em seu programa de cultura como candidato à Presidência da República em 2002, intitulado “A imaginação a serviço do

país: Programa de políticas públicas de cultura”. De acordo com o documento, as propostas apresentadas se fundamentaram no “*acúmulo teórico e político* realizado pelo partido [dos Trabalhadores], da elaboração dos grupos culturais, das *experiências concretas de nossas administrações populares* e da colaboração voluntária de estudiosos das questões culturais” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 18 – *itálicos meus*). Em outras palavras, o programa relaciona-se a um conjunto prévio de discursos competentes (CHAUÍ, 1989) denominado “modo petista de governar” que diferenciaria o PT do restante do espectro político-partidário brasileiro.

A construção desse modelo iniciou-se no final do anos 1980, quando o PT assumiu a gestão de vários municípios, incluindo capitais, com destaque para a cidade de São Paulo. Com o objetivo de sistematizar as experiências das gestões municipais petistas, organizou-se, em 1992, um ciclo de seminários setoriais e o de cultura foi coordenado pela filósofa Marilena Chauí, então secretária de Cultura de São Paulo, e

Luiz Roberto Alves⁹. Chauí tinha elaborado a noção de “cidadania cultural”, considerada pelo petistas como a “primeira referência teórica mais sólida que resultou de uma experiência de gestão” (LIMA, 2016, p. 42), pois o que havia, até então, era mais uma “pauta” derivada dos debates com os movimentos culturais.

O documento que resultou desse encontro recomenda alargar o conceito e o campo da cultura e entendê-la como “direito do cidadão” e apresenta um conjunto de propostas que deveria fundamentar a ação dos governos do partido no setor, entre as quais a criação de conselhos municipais de cultura (BITTAR, 1992). O “A imaginação a serviço o país” funcionou, portanto, como uma atualização e um ajuste do “modo petista de governar” a cultura ao contexto federal. Na avaliação do antropólogo Márcio Meira (2016), um dos redatores do programa, o documento enfatiza a “gestão pública e democrática” e o papel do Estado e é herdeiro de “condicionantes históricos”, entre os quais o avanço da

Constituição de 1988 no que diz respeito à cultura, colocando-a como “direito fundamental”.

A referência ao “modo petista de governar” e ao documento de campanha se justifica por serem indicativos dos valores da democracia e da cidadania culturais que guiarão a nova elite dirigente do MinC. Dessa forma, o programa previa, entre outras ações, a implantação do Plano e do Sistema Nacional de Política Cultural por meio de uma gestão democrática, com criação de mecanismos de participação popular como os conselhos gestores de política pública.

Os militantes do PT, agora convertidos em *dirigentes culturais*¹⁰, trataram de implementar o programa e foram, em grande parte, os responsáveis por fazer valer na lógica de operação do MinC aqueles mecanismos, valores, repertórios e controvérsias destacados na introdução. Pode-se dizer, com Bourdieu (2011), que as ações idealizadas e implementadas por estes agentes tinham seu princípio no

⁹ Luiz Roberto Alves é professor da Universidade de São Paulo (USP) e filiado ao PT.

¹⁰ É significativo que o PT realize nessa conjuntura (2003) sua primeira Conferência Nacional de Cultura e que dela surja a Secretaria Nacional de Cultura do partido.

campo político e com isso operaram mudanças de paradigmas e de visão e de divisão na cultura. Ocupando cargos estratégicos de direção, alteraram os princípios de pertencimento à política cultural e, se não chegaram a desqualificar os agentes que já faziam parte dela, incluíram “companheiros” que, como eles, nunca tinham ocupado espaços de poder no setor em âmbito federal¹¹.

Isso implicou em uma modificação dos limites da política cultural e, por consequência, do acesso a esse sistema de políticas públicas. Ao permitir que os recém-chegados pudessem exercer efeitos no campo, houve uma conjuntura favorável para o rearranjo das crenças em jogo com o estímulo a determinados valores e práticas (participação, representação, deliberação, democracia direta,

consulta pública etc.) em detrimentos de outros (leis de incentivo, mercado, marketing cultural, captação privada de recurso etc.) estabelecendo uma *nova axiomática* que demandava competências e tomadas de posição específicas.

Como lembra Bourdieu, “a política [e a política cultural, acrescenta-se] é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização”. Deste modo, continua o autor, “se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão” (BOURDIEU, 2011, p. 203). Os agentes, portanto, colocaram no jogo político-cultural novos princípios de visão e de divisão transformando o estado do campo.

Seção 2

Mobilizados por e mobilizando essa nova *doxa*, já em 2003 o MinC realizou vinte encontros em vários estados do seminário “Cultura para

¹¹ É bem verdade que nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a elite dirigente da cultura também esteve sob liderança de intelectuais petistas, a exemplo do próprio ministro Francisco Weffort e do seu principal secretário José Álvaro Moisés, ambos cientista políticos e professores da USP. Contudo, licenciados do partido para assumir os cargos, esses agentes não fizeram valer a cultura política do “modo petista de governar”. A esse respeito ver Barbalho (2022).

Todos” que, pensado para discutir um novo modelo de financiamento cultural, funcionou como uma espécie de auscultação de várias outras demandas do campo. No ano seguinte, foram instituídas as Câmaras Setoriais que resultariam nos colégios setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural em sua reformulação em 2005. Estabelecendo uma interlocução direta entre o ministério e os representantes das linguagens artísticas (Música, Artes Cênicas, Artes Visuais e Livro e Leitura), as Câmaras Setoriais foram fundamentais para a constituição de vínculos internamente às e entre as áreas artísticas historicamente caracterizadas pela desarticulação.

Não é possível arrolar e analisar todas as políticas, programas e ações que favoreceram a participação, a representação e/ou a deliberação dos agentes nas decisões acerca das políticas culturais em âmbito federal. Desse modo, privilegia-se na apresentação que segue aquelas que tinham o potencial não apenas de abranger todo o território nacional, mas também de institucionalizar as políticas para o setor de modo a transformá-las em políticas de Estado e não somente de governo, a saber: as

Conferências Nacionais de Cultura, o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura.

A realização da I Conferência Nacional de Cultura (I CNC) em 2005 foi a primeira ação de maior alcance desse esforço. Com o sugestivo subtítulo de “Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura” (BRASIL, 2007), a I CNC foi antecipada por uma ampla mobilização nacional. Foram realizadas 376 conferências municipais em todo o território nacional, com exceção do estado do Acre, com a participação de 29.063 membros da sociedade civil, 8.441 representantes do poder público e 5.866 convidados; e 67 conferências intermunicipais envolvendo 821 municípios, 6.537 membros da sociedade civil, 2.173 representantes do poder público e 1.087 convidados. Em âmbito estadual, foram realizadas 20 conferências, incluída a do Distrito Federal¹², com a participação de 4.797 membros da sociedade civil, 1.497 representantes do poder público e 801 convidados. Ocorreram ainda 5

¹² Não realizaram conferências os estados do Amazonas, Goiás, Pará, Rondônia, São Paulo e Sergipe. Roraima realizou sua conferência estadual em 2006.

seminários setoriais de cultura, um em cada região do país (Norte; Nordeste; Centro-Oeste, Sudeste e Sul), que mobilizaram 581 participantes.

Segundo Meira, que assumiu a Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do MinC na primeira gestão de Gil (2003-2006)¹³ e liderou a realização da I CNC, a iniciativa representou, na esfera da gestão pública federal de cultura, o reconhecimento da “participação direta da sociedade para a formulação de políticas públicas e a formação e a consolidação de uma política cultural democrática” (MEIRA, 2007, p. XIV).

A II CNC, realizada em março de 2010, com o subtítulo de “Cultura, diversidade, cidadania e desenvolvimento” (BRASIL, 2010), apresenta números superiores em termos de engajamento por parte dos agentes do campo: 3 mil cidades realizaram conferências municipais com 206.400 participantes; todos os estados realizaram suas conferências estaduais, envolvendo 10.400 participantes; foram realizadas 26

conferências livres com mais de 1.200 participantes e 143 pré-conferências setoriais com 743 delegados eleitos; e a Conferência Nacional reuniu 1.400 participantes.

Por fim, a III CNC, realizada em novembro de 2013, com o tema geral “Uma política de estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura” (BRASIL, s/d), envolveu aproximadamente 450 mil participantes durante a realização das conferências municipais, intermunicipais, territoriais, regionais, estaduais e livres. Foram feitas 1.974 conferências preparatórias para a nacional em 2.991 municípios assim distribuídas: 1.701 municipais, 170 intermunicipais, 41 territoriais/regionais, 35 livres e 27 estaduais. A etapa nacional congregou 953 delegados, 162 convidados e 391 observadores.

Os dados do relatório final da III CNC (BRASIL, s/d) sobre a repercussão do evento nas redes sociais revelam seu amplo alcance, para além do público presencial. Tomando como referência o Twitter, que foi o principal meio de comunicação e integração da Conferência, a penetração das

¹³ Gilberto Gil foi ministro da Cultura de 2003 a 2008, quando foi substituído por seu secretário executivo, o sociólogo Juca Ferreira, que permaneceu no cargo até o final do segundo governo de Lula (2010).

publicações ultrapassou os 15 milhões de internautas. Com o compartilhamento da hashtag #3CNC, o engajamento chegou a 833.616 perfis e o potencial de penetração foi de 16.959.933 perfis. O documento informa ainda o engajamento de diversas contas, tanto da sociedade civil, quanto do poder público, estabelecendo uma mobilização pelas redes que resultou na participação de mais de 1.000.000 de perfis ativos.

Como se observa, as três CNCs mobilizaram milhares de pessoas em todo o país em um espaço institucional de participação e de construção democrática da política cultural onde puderam não apenas escolher representantes (delegados municipais e estaduais), mas debater e deliberar no que diz respeito às resoluções tomadas em cada uma delas. As CNCs assumiram, pela metodologia que adotaram e pelos fins que perseguiram, feição participativa, deliberativa, normativa e representativa, vocalizando e agregando os interesses presentes na sociedade em escalas diferenciadas (municipal, estadual e nacional) (POGREBINSCHI; SANTOS, 2011) e permitindo um outro “modo de

produção da decisão” (BOURDIEU, s/d). É forçoso lembrar que a integração em um só momento de procedimentos de inclusão de diferentes vozes, de tomada de decisão após debate público e de eleição de representantes não é algo usual mesmo em regimes democráticos (FARIA; PETINELLI; LINS, 2012; POGREBINSCHI; SANTOS, 2011).

Uma segunda linha de atuação do MinC que promoveu a *politização do campo cultural brasileiro* foi o processo de discussão, elaboração e implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e seus congêneres estaduais e municipais iniciado em 2003 e ainda em curso. O SNC é um instrumento que objetiva estabelecer, *em conjunto com a sociedade*, um sistema federativo de políticas públicas específico para a cultura, integrando as esferas federal, estaduais e municipais e que exige, dos entes que aderirem ao Sistema, a criação de mecanismos mínimos para o seu funcionamento (órgão gestor, conselho, plano e fundo de cultura).

A proposta do SNC, liderada no interior do MinC pela SAI, teve que conquistar a adesão dos agentes dos

campos cultural e político. Roberto Peixe, que foi secretário da SAI no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), avalia a implantação do Sistema como uma “batalha” que “progressivamente se espalhou por todo o país (...) tornando-se ao longo dos últimos anos o principal desafio na área da cultura das administrações estaduais e municipais brasileiras” (PEIXE, 2016, p. 222).

A despeito da dimensão do esforço envolvido, pode-se afirmar que a tarefa resultou vitoriosa, pois se alcançou, entre 2003, início do primeiro governo de Lula, e 2016, quando a presidenta Dilma é impedida de continuar no cargo, um razoável consenso em torno do SNC entre os gestores públicos estaduais e municipais e agentes do campo cultural em todo o país. Em outras palavras, ocorreu uma ampla identidade dos agentes com esse instrumento por sua capacidade de articular a seu favor diferentes posições político-culturais em torno de valores como “participação”, “cidadania” e “democracia” (BARBALHO, 2019). Essa afirmação se constata nos números mais recentes acerca do SNC. Segundo as

estatísticas disponíveis pelo MinC e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2.642 municípios aderiram ao SNC (47,4% do total); 2.351 (42,2%) possuíam conselhos de cultura; e 1.289 (23,1%) realizaram conferências municipais entre 2014 e 2018, ou seja, após a realização da III CNC (SEMENSATO; BARBALHO, 2021).

Outra ação implementada pelo MinC que envolveu um amplo engajamento dos campos político e cultural foi a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC). Seu transcurso demandou, desde o início, uma articulação do Ministério com o Congresso Nacional que resultou na aprovação em 2005 da Emenda Constitucional N. 48 que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o PNC.

No ano seguinte, 2006, se iniciou a elaboração das diretrizes gerais do PNC por meio de audiências públicas na Câmara dos Deputados e de consultas à sociedade, com a realização de seminários nas Assembleias Legislativas dos estados e a disponibilização de uma plataforma na internet para receber contribuições

diretamente dos cidadãos. Participaram dos 26 seminários estaduais, mais o do Distrito Federal, cerca de 5 mil pessoas que debateram e sugeriram mudanças na redação da proposta.

Segundo avalia Lia Calabre, “o processo contínuo de consultas públicas e de envolvimento de diversos atores e segmentos sociais tendeu a aumentar o grau de compreensão, a aproximação e a garantir uma apropriação maior do PNC pela sociedade” (CALABRE, 2013, p. 10). Avaliação próxima da de Guilherme Varella (2014) para quem a versão final do PNC, materializada na Lei 12.343 de 2010, buscou contemplar a diversidade cultural existente no país ao internalizar demandas plurais por meio dos vários momentos participativos e deliberativos pelos quais passou.

Todas essas políticas, entre outras, não apenas otimizaram oportunidades de participação e de deliberação a todo um conjunto de agentes até então excluídos desse processo, como sensibilizaram outra parcela que não via a política, e muito menos a política pública, ao alcance de sua intervenção. Ao falar da

separação entre profissionais e profanos na política, Bourdieu ressalta que “las oportunidades de interesarse en la política están muy desigualmente repartidas según todos tipos de variables (...) La distribución, pues, del acceso a los medios de participar en la política es muy desigual” (BOURDIEU, s/d, p. 2). Em alguma medida, as CNCs, o SNC e o PNC aplainaram esse desnivelamento, diminuindo a “concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo” e tornando menos “desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política” os “simples aderentes” (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Em outras palavras, a prática das conferências, dos conselhos e de outros fóruns de participação e deliberação promovidos pelo MinC, espaços políticos por excelência, foram formando os agentes culturais em um novo *habitus*, um novo domínio prático com seus saberes, capacidades e competências específicos. Na sua etnografia de instituições participativas na cultura em âmbitos federal, estadual e municipal que realizou entre 2011 e 2014, Lorena Muniagurria percebeu o

estabelecimento, entre os que circulavam por esses ambientes, de sentidos estáveis acerca do “Estado”, da “sociedade civil”, da “cultura brasileira”, entre outras categorias. Nesses deslocamentos de agentes pelo país, participando de conferências, seminários, reuniões, foram sendo instituídos “representantes e coletivos, demandas e agendas, identidades e pertencimentos, além de entendimentos mais ou menos compartilhados do que seja cultura, política e política cultural” (MUNIAGURRIA, 2018, p. 54).

Uma vez indicados alguns dos elementos que proporcionaram a *politização do campo cultural*, analise-se, nas seções seguintes, dois momentos paradigmáticos de expressão desse estado do campo, quando seus agentes se mobilizaram para se contrapor ao que entendiam como uma mudança nos rumos de atuação do MinC, durante a gestão da ministra da Cultura Ana de Hollanda (2011-2012), e para defender a permanência do ministério frente à sua extinção no início do governo Temer.

Seção 3

O primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), ainda que representando uma continuidade dos governos de Lula, trouxe mudanças significativas no que se refere às políticas culturais. Não cedendo à pressão de vários setores pela permanência do então ministro da Cultura Juca Ferreira, a presidenta nomeou para o cargo Ana de Hollanda. Reconfigurando a composição das forças políticas no interior do MinC, propondo novas pautas, dando continuidade a programas anteriores e enfraquecendo ou mesmo extinguindo outros, Hollanda provocou um forte movimento de oposição, inclusive interno, à sua gestão que terminou por afastá-la do cargo em setembro de 2012.

Quando se deu o anúncio por sua escolha, a indicação foi bem recebida, afinal tratava-se não de uma *outsider* e sim de alguém do próprio campo, com longa atuação na gestão cultural, além de deter capitais familiar, social e cultural que a legitimavam para o cargo¹⁴. Contudo, não tendo

¹⁴ Filha do sociólogo Sérgio Buarque de Hollanda e irmão do cantor Chico Buarque,

formação partidária, nem vivido no centro dos debates que mobilizaram o MinC desde 2003, Hollanda não tinha incorporado a politização do campo cultural e não conseguiu (re)conhecer o espaço das tomadas de posição, presentes ou virtuais, que estava em jogo e seus princípios de divisão. Ao desconhecer os princípios que regiam esse espaço, a ministra se revelou uma “desavisada” (BOURDIEU, 1989) e não soube se decidir pelas posições que eram, naquele estado do campo, convenientes e convencionadas, e optou por aquelas que a comprometeram, em alguns aspectos, com os que se opunham aos novos valores vigentes.

Hollanda começou a provocar controvérsias, ainda como indicada ao cargo, ao defender o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), um órgão privado responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais das músicas aos seus autores, e se posicionar contrária às mudanças das leis autorais

Ana de Hollanda é intérprete, compositora e gestora cultural, tendo sido secretária de Cultura da cidade de Osasco (SP) no final dos anos 1980 e responsável pelo Centro de Música da Fundação Nacional de Artes (Funarte), na gestão Gil.

encaminhadas pelo MinC ao Congresso Nacional na gestão anterior, sinalizando que deveriam ser revistas. Em reação, um grupo de agentes ligados à cultura digital, muitos deles vinculados a universidades ou a coletivos e espaços culturais não governamentais, lançou uma “carta aberta” defendendo a continuidade das políticas para o setor¹⁵. Na sequência desse episódio, e já como ministra, um dos primeiros atos de Hollanda foi retirar o *site* do ministério da licença *Creative Commons*.

Com esses movimentos, de pouco alcance prático, mas de forte simbologia, pois revelavam seu poder de nomeação, a ministra se dispôs com os ativistas que tinham se mobilizado nas gestões anteriores e pautado a agenda no que diz respeito às culturas digitais e livres¹⁶. Configuram-se assim dois lados da disputa a partir de interesses e

¹⁵ “Ministra da Cultura enfrenta reações”. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3012201026.htm>. Acesso: 01.jun.2021.

¹⁶ A esse respeito, ver a coletânea de entrevistas *Cultura digital.br*, publicada com apoio do MinC e que tem entre seus entrevistados vários agentes ligados ao Ministério, inclusive o ministro Juca Ferreira (SAVAZONI; COHN, 2009).

tomadas de posição distintos: ativistas do *copyleft* versus defensores do *copyright*, estes congregando as associações de proteção aos direitos autorais, bem como artistas críticos das gestões Gil e Juca¹⁷. Para os ativistas, a postura da nova gestão não apenas sinalizava uma perspectiva conservadora, como ia contra o incentivo ao desenvolvimento de “modelos solidários de licenciamento de conteúdos culturais”, previsto nas metas do PNC¹⁸.

Para neutralizar as críticas, Holanda sinalizou o diálogo com os ativistas do *copyleft*, comprometendo-se a chegar a uma “proposta que atenda à demanda da área criativa, que é a que mais se mostrou insatisfeita com as mudanças apresentadas”¹⁹. No entanto, a estratégia não se mostrou eficiente e a campanha contra a posição da ministra continuou, inclusive dentro do

próprio MinC, com a criação, em fevereiro, no *Twitter* das *hashtags* #foraana e #foraanadehollanda.

Em março, surgiu o *blog* “Fora Ana de Holanda”, contrário ao “conjunto das diretrizes e ações de sua gestão” que se configurava como uma “política desastrosa e conservadora”²⁰. Apesar de não se assumir como “movimento organizado”, o *blog* funcionou como uma esfera civil digital (ALEXANDER, 2008; GOMES, 2011; MAIA, 2011), agregando e difundindo diversas críticas e reflexões sobre a política cultural vigente. Em abril foi criado outro *blog*, o “Mobiliza Cultura”, com sua *hashtag* #mobilizacultura, que se assumiu como uma “organização” reunindo instituições e grupos formais e informais (Pontos de Cultura, coletivos, fóruns etc) para atuação tanto virtual, quanto presencial e que reuniu 2,5 mil adesões²¹.

Essas iniciativas podem ser compreendidas como “mobilizações na esfera pública”, um dos três níveis

¹⁷ “Copyright: a batalha”. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/copyright-a-batalha/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

¹⁸ “MinC na contramão?”. Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/link/minc-na-contramao/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

¹⁹ “Mudanças no Ministério da Cultura”. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/mudancas-no-ministerio-da-cultura/>. Acesso em: 02 out. 2015.

²⁰ Disponível em: <http://foraanadehollanda.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

²¹ “Uma ministra isolada”. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bas-tidores-uma-ministra-isolada-e-em-busca-de-apoio-na-classe-cultural,716244>. Acesso em: 01 jun. 2021.

identificados por Ilse Scherer-Warren de organização da sociedade civil “para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110). Esse tipo de mobilizações, mais abrangentes e conjunturais e menos institucionalizadas, resulta da articulação dos participantes de movimentos sociais, ONGs, redes etc e da realização de manifestações objetivando a visibilidade midiática e os “efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112).

Na análise de Prudêncio e Leite, a partir do “Mobiliza Cultura”, a mobilização voltada “principalmente para a queixa de rompimento da ação cultura digital e da reforma dos direitos autorais sofre novo processo de enquadramento, para se adaptar a esse novo momento, ganhar mais adesão e expansão” (PRUDÊNCIO; LEITE, 2013, p. 451). A organização elaborou uma “Carta Aberta à

Presidenta Dilma” que foi amplamente divulgada na mídia e nas redes sociais digitais. O documento reivindicava a continuidade das políticas culturais implementadas nos governos Lula e seu *modus operandi*, o que significava, entre outras coisas, maior participação da sociedade civil na formulação das políticas.

Em maio de 2011, a ministra tentou romper seu isolamento e se articular com diversos agentes do campo cultural, em especial com aqueles atuantes em São Paulo, bem como com os parlamentares da base governamental. No mesmo período, a presidenta Dilma nomeou Morgana Eneile, então secretária nacional de Cultura do PT, assessora de Hollanda, como forma de ajudar nas articulações políticas. A função expressa da “interventora”, como nomeou o jornal *Folha de São Paulo*, era “represar a disputa política, debelar a crise e construir uma agenda positiva”, evitando assim a possível demissão da ministra²².

²² “Planalto intervém para conter crise na pasta da Cultura”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1005201102.htm>. Acesso em: 01 jun. 2021.

Fortalecida com essas indicações, a ministra afirmou à imprensa que as reuniões que estava fazendo com diferentes setores do meio cultural não seriam “uma busca de apoio para a sua permanência no cargo”, mas a procura de diálogo²³. Em março de 2012, a deputada Jandira Feghali do Partido Comunista do Brasil, coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, criticou a articulação política do MinC no Congresso, ao não atuar a favor das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) de interesse da pasta. A ministra rebateu afirmando que não havia “descompasso entre a atuação da pasta e a dos parlamentares ligados ao setor”²⁴.

No mesmo mês, um grupo de intelectuais, alguns ligados ao PT, lançou uma carta cobrando da presidenta Dilma um Ministério da Cultura à altura dos desafios e

programas apresentados nas gestões dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, uma vez que estaria ocorrendo uma “decadência do protagonismo” do MinC²⁵. Para os signatários, o primeiro ano da gestão Hollanda, incapaz de “gerar consensos mínimos”, foi marcado por “hesitações, conflitos e por mudanças de rumo”, frustrando os “inúmeros grupos envolvidos no processo de emancipação cultural” iniciado em 2003 que deu direito de cidadania e densidade política a vários conceitos novos²⁶. Os capitais político e cultural dos que assinaram a carta, bem como as argumentações expostas, intensificaram o sentimento de crise e, ao mesmo tempo, apontaram para a sua solução: a escolha de um novo ministro. O que de fato ocorreu sete meses depois com a nomeação da senadora do PT Marta Suplicy para o cargo.

²³“Ana de Hollanda diz ter sido vítima de ‘turbulências forjadas’”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/05/917432-ana-de-hollanda-diz-ter-sido-vitima-de-turbulencias-forjadas.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2021.

²⁴ “Ana de Hollanda rebate críticas em audiência na Câmara”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2012/03/1065180-ana-de-hollanda-rebate-criticas-em-audiencia-na-camara.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2021.

²⁵ Assinaram o documento Marilena Chauí, Eduardo Viveiros de Castro, Suely Rolnik, Laymert Garcia dos Santos, Gabriel Cohn, Manuela Carneiro da Cunha e Moacir dos Anjos.

²⁶ “Despreparo é dolorosamente evidente”. Disponível em: <http://Cultura.Estadao.Com.Br/Noticias/Geral,D espreparo-E-Dolorosamente-Evidente-Dizem-Intelectuais-Sobre-Gestao-Do-Minc,850226#>. Acesso em: 01 jun. 2021.

Seção 4

Se a extinção do MinC e sua transformação em Secretaria no governo de Collor de Melo (1990-1992) causaram uma reação tímida por parte do campo cultural – insuficiente, inclusive, para reverter a decisão presidencial²⁷ –, o contrário ocorreu quando o então presidente interino Michel Temer optou por acabar com o órgão no bojo de uma reforma ministerial e fundi-lo ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Logo nos primeiros dias do governo interino (maio a agosto de 2016), começou a circular nas redes sociais um abaixo-assinado contra a anunciada extinção do MinC que reuniu intelectuais, artistas das mais diversas linguagens, produtores culturais e associações (Associação de Produtores de Teatro do Rio e Cooperativa Paulista de Teatro)²⁸.

²⁷ Quando o presidente Collor extinguiu o MinC e quase todo o aparato institucional no setor construído ao longo de décadas, a reação contrária ao ato foi reduzida, limitando-se basicamente a manifestações localizadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (MENDES, 2015)

²⁸ “Artistas e produtores reagem ao fim do Ministério da Cultura”. Disponível em: [http://oglobo.globo.com/cultura/artistas-produtores-reagem-ao-fim-do-ministerio-da-](http://oglobo.globo.com/cultura/artistas-produtores-reagem-ao-fim-do-ministerio-da-cultura-19295905#ixzz4CygdDbPI)

Também foi lançada uma carta aberta elaborada pela Associação Procure Saber e pelo Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música (GAP) que reúnem alguns dos mais reconhecidos músicos brasileiros. A carta afirma que a gestão de Gil teria ampliado o alcance de atuação do Ministério com a adoção do “conceito antropológico de cultura” e de políticas voltadas para parcelas expressivas da população. O documento destaca, entre outras ações, a formação dos colegiados setoriais artísticos, a constituição do Conselho Nacional de Políticas Culturais e a elaboração do PNC²⁹.

Na sequência, foram lançadas mais duas cartas de manifesto contra a extinção do MinC, uma da Rede de Festivais de Teatro do Brasil e a outra do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas. No primeiro documento, a Rede afirma o MinC como o “principal órgão para o

[cultura-19295905#ixzz4CygdDbPI](http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1770962-fim-do-minc-vai-gerar-economia-pifadizem-artistas-em-carta-a-temer.shtml). Acesso em: 01 jun. 2021.

²⁹ A carta está disponível na íntegra em “Entidades cobram restabelecimento do Ministério da Cultura”: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1770962-fim-do-minc-vai-gerar-economia-pifadizem-artistas-em-carta-a-temer.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2021.

desenvolvimento de políticas públicas das artes” e de aprimoramento do setor cultural. O segundo defende o papel do ministério como “fundamental” para que “os mais de cinco mil municípios do país possam atuar de forma sistêmica, ao mesmo tempo em que fomenta a arte e a diversidade das expressões”³⁰.

No dia 13 de maio de 2016, na cidade de Curitiba, o prédio onde funciona a representação local do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia vinculada ao MinC, foi ocupado por artistas e integrantes de movimentos culturais em protesto contra a extinção do Ministério. No dia 15, o mesmo ocorreu com o prédio da Fundação Nacional de Artes (Funarte) em Belo Horizonte. No dia seguinte, dezenas de pessoas, entre políticos, artistas, intelectuais e coletivos culturais, como o Reage Artista e o Teatro pela Democracia, ocuparam o Palácio Capanema, sede da Funarte, e situado no Rio de Janeiro. Outras ocupações por tempo indeterminado de prédios

³⁰ As duas cartas estão disponíveis na íntegra em: <http://oglobo.globo.com/cultura/entidades-cobram-restabelecimento-do-ministerio-da-cultura-19308200#ixzz4CyiXaVZ9>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ligados ao MinC se espalharam no resto da semana por várias capitais do país. Nesses espaços, observa-se uma confluência entre os que eram contra a extinção do MinC e os contrários ao processo de impedimento da presidenta Dilma, expressa nas palavras de ordem “Fora Temer” e “Fica MinC”, em uma demonstração de convergência entre *politização do campo cultural e campo cultural politizado*.

Por sua vez, é reveladora do fenômeno de *culturalização do campo político*, coetâneo à *politização do campo cultural*, a posição contrária ao MinC por parte dos *líderes políticos evangélicos*, como Marco Feliciano e Silas Malafaia, que usaram as redes sociais para desqualificar os artistas e a causa do ministério³¹. Outras expressões da *guerra cultural* travada naquele momento podem ser vistas nos textos dos colunistas José Henrique Mariante e Reinaldo Azevedo, ambos da *Folha de São Paulo*. Para o primeiro, extinguir o

³¹ “Líderes evangélicos tripudiam do fim do MinC: seria cômico se não fosse trágico”. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/2016/05/10002111-lideres-evangelicos-tripudiam-do-fim-do-minc-seria-comico-se-nao-fosse-tragico.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2021.

MinC era a maneira do novo governo de passar o recado de que “não permitirá o entulho petista nem coletivos nem nada”³². Já Azevedo qualificou as manifestações como “crônica do berreiro anunciado”, uma “balbúrdia”, pois “artistas atraem holofotes. É da profissão”³³.

A oposição ao fim do MinC permaneceu mobilizando os campos político e cultural, mesmo após o anúncio da criação da Secretaria Nacional da Cultura e do seu titular Marcelo Calero, advogado e diplomata de carreira e então secretário municipal de Cultura do Rio de Janeiro. No dia 19 de maio, foi a vez dos governadores da região Nordeste, dois, inclusive, governistas, criticarem a decisão do presidente interino e lançarem uma carta defendendo a “integridade” do MinC e o fortalecimento de suas políticas, destacando o SNC e o PNC como marcos institucionais e de

democratização cultural. O governo interino acabou cedendo aos diversos movimentos e mobilizações e anunciou, no dia 21, a recriação do órgão, reconhecendo que a decisão se deu por conta do “caráter emblemático” do ministério e pelas reações contrárias à sua extinção³⁴.

Contudo, a medida não influenciou entre os grupos que ocupavam os prédios públicos nas capitais brasileiras, pois o motivo da ocupação também era se opor e resistir ao governo interino, avaliado como ilegítimo³⁵. Além disso, as primeiras

³² “Cultura política”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/josehenriquequemariante/2016/05/1772720-cultura-politica.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2021.

³³ “Temer em 7 dias, acertos e erros”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2016/05/1773199-temer-em-7-dias-acertos-e-erros.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2021.

³⁴ “Temer decide recriar Ministério da Cultura, anuncia Mendonça Filho”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1773764-temer-decide-recriar-ministerio-da-cultura-anuncia-mendonca-filho.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2021; “Temer recua e decide recriar o Ministério da Cultura, com Marcelo Calero”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/temer-recua-decide-recriar-ministerio-da-cultura-com-marcelo-calero-19351863>. Acesso em: 01 jun. 2021.

³⁵ “Mesmo com volta do MinC, ocupação do Palácio Capanema será mantida”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1773764-temer-decide-recriar-ministerio-da-cultura-anuncia-mendonca-filho.shtml>; “Ocupações contra o fim do MinC persistem para pedir a saída de Temer”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1773799-ocupacoes-contra-fim-do-minc-persistem-para-pedir-a-saida-de-temer.shtml>. “Com apoio de famosos, ocupações do MinC seguem em ao menos 18 capitais”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1774200-com-apoio-de-famosos-ocupacoes->

indicações do ministro da Cultura foram recebidas com críticas por parte dos agentes culturais³⁶. O movimento agora autodenominado “Ocupa MinC” (em clara referência ao *Ocuppy*) reagiu de forma contrária aos artistas e, principalmente, entidades que retomaram os canais de ligação com o recém recriado ministério, lançando nota onde afirmava sua posição de resistência e qualificava a iniciativa de “oportunista e corporativista”³⁷.

Por fim, é reveladora desse momento de expressão da *politização do campo cultural*, mas também do *campo cultural politizado* e da *culturalização do campo político*, a análise do ex-ministro da Cultura Juca Ferreira. Para Ferreira, quem acompanhava a política cultural do país “não se surpreendeu com as

reações contra a extinção do MinC”. De todo modo, seria um fenômeno a ser explicado, pois haveria “um certo ineditismo que não nos pode escapar” que seria a diversidade (regional, de classe, étnica, de gênero etc) dos agentes que defendiam a volta do MinC. E conclui: tal “fenômeno político muito curioso, especialmente quando se pensa nos poucos recursos investidos no MinC, tem que ser explicado na observação e análise das práticas do ministério nestes últimos 13 anos, no legado de seus projetos e ações”³⁸.

Considerações finais

A trajetória analítica traçada ao longo do artigo buscou delimitar os contornos do fenômeno da *politização do campo cultural brasileiro* – resultado, entre outros fatores, do engajamento dos agentes culturais em debates, embates e deliberações que se referiam à elaboração e implementação das políticas públicas para o setor durante os governos Lula

do-minc-seguem-em-ao-menos-18-capitais.shtml. Acesso em: 01 jun. 2021.

³⁶ “No PE, cineastas repudiam indicação de novo secretário do Audiovisual”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/filmes/no-pe-cineastas-repudiam-indicacao-de-novo-secretario-do-audiovisual-19419240#ixzz4CypmjURr>. Acesso em: 01 jun. 2021.

³⁷ “Restituição do MinC e diálogo com novo ministro dividem classe artística”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1774682-restituicao-do-ministerio-da-cultura-divide-classe-artistica.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2021.

³⁸ “A verdadeira recriação do MinC”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1774682-restituicao-do-ministerio-da-cultura-divide-classe-artistica.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2021.

e Dilma – e de sua expressão por meio da ocupação do espaço público presencial e virtual em defesa da manutenção não apenas dessas políticas, como ocorreu na gestão Ana de Hollanda, mas do próprio MinC, como se observou no governo Temer.

Tratou-se de um fenômeno que não se localizou apenas nos principais centros de produção, circulação e consumo culturais do país, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, mas se fez presente em grande parte do território nacional como revelam, por exemplo, a realização de centenas conferências municipais de cultura em todas as regiões e a adesão de quase metade dos municípios brasileiros ao SNC, resultando, entre outros dados, na criação de dezenas de conselhos municipais de cultura.

Como se pôde perceber, a *politização do campo cultural* ocorreu conectada com a atuação da política federal de cultura, provocando desdobramentos nos âmbitos estadual e municipal, em um período democrático. Este é o elemento novo que ajuda a explicar o “fenômeno político muito curioso”, ao qual se referiu o ex-ministro Juca Ferreira: a conjunção de democracia e de

presença sistemática do Estado na cultura por meio de políticas públicas, conjunção esta ausente nos governos anteriores após a redemocratização (Collor e Fernando Henrique Cardoso), posto que abdicaram, em grande parte, do papel do governo na condução de tais políticas, delegando-as para o mercado, via leis de incentivo fiscal (CASTELLO, 2002; MENDES, 2015). Ao papel de maior protagonismo do Estado – realidade só vivenciada anteriormente em governos autoritários, ou seja, no Estado Novo (1937-1945) e no regime militar (1964-1984) (BARBALHO, 1998) –, soma-se a cultura política de participação social defendida e, de algum modo, implementada pelo “modo petista de governar”.

Esse processo crescente de envolvimento de agentes historicamente excluídos dos momentos decisórios de definição das políticas públicas de cultura – setor que, ao contrário de outros como a saúde, não dispunha até então de conferências, câmaras setoriais, conselhos deliberativos, entre outros instrumentos de democracia direta e/ou deliberativa –, levou-os a se

tornarem também agentes político-culturais.

É oportuno observar que esse cenário não implicou necessariamente em alinhamento do campo cultural com o Governo Federal. Além das disputas que ocorreram ao longo dos processos de participação (conferências, consultas populares, conselhos) onde muitos agentes puderam se opor, e se opuseram de fato, aos interesses defendidos pelos gestores do MinC, vale lembrar a contestação que a ministra Ana de Hollanda enfrentou, ainda que se tratasse de uma “continuidade” do mesmo grupo político. Ou a pluralidade de interesses revelada nas posições dos que defenderam a permanência do MinC no governo interino de Temer. Ou seja, aderindo ao “Fica MinC”, muitos não pactuaram com o “Fora Temer”, ou, somando-se às palavras de ordem “Fica MinC” e “Fora Temer”, não compartilhavam com a bandeira do “Volta Dilma”.

Por fim, como já antecipado na introdução, uma das frentes que se colocam para a continuidade da pesquisa é investigar as possíveis relações entre as *guerras culturais* em curso no país com o processo de

politização do campo cultural, em um momento de *avanço do conservadorismo* no campo político, materializado, entre outras coisas, com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República em 2018.

Referências

ALEXANDER, J. *The civil sphere*. Nova York: Oxford University, 2008.

AMARAL, A. *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira (1930-1970)*. São Paulo: Nobel, 1987.

BARBALHO, A. “Acho que o que eu peguei foi uma coisa meio fora do normal”: mobilização e crise na gestão Ana de Hollanda. In: CALABRE, Lia; LIMA, Deborah (orgs.). *Políticas culturais: conjunturas e territorialidades*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2017a. p. 33-48.

BARBALHO, A. Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. *Políticas culturais em revista*, v. 10, p. 23-46, 2017b.

BARBALHO, A. Os Dirigentes da Cultura: A Elite da Política Cultural na Era Weffort. *Revista Tomo*, v. 1, p. 451-478, 2022.

BARBALHO, A. Política cultural das minorias. Verbete. In: *Enciclopédia Intercom de Comunicação*. São Paulo: Intercom, 2010. p. 939-940.

BARBALHO, A. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. *Revista de Políticas Públicas da UFMA*, v. 22, p. 239-260, 2018.

BARBALHO, A. *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1998.

- BARBALHO, A. *Sistema Nacional de Cultura: campo, saber e poder*. Fortaleza: UECE, 2019.
- BITTAR, J. (ed). *O modo petista de governar*. São Paulo: Teoria & Debate, 1992.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, P. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 5, p. 193-216, 2011.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. *Sobre el campo político*. s/d. Disponível em: http://200.6.99.248/~bru487cl/files/BOURDIEU_campo-politico.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.
- BOURDIEU, P. *Sur l'État*. Paris: Seuil, 2012.
- BRASIL. “Conferindo os conformes”, *Resultados da II Conferência Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.
- BRASIL. *Anais, III Conferência Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, s/d
- BRASIL. *I Conferência Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.
- BRASIL. *Sistema Nacional de Cultura, Estatísticas*. Brasília: Ministério da Cultura, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3sbjumV>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CALABRE, L. Participação social na construção de planos setoriais de políticas públicas: um estudo do Plano Nacional de Cultura. *Anais do VI Congresso CONSAD de Gestão Pública*. Brasília, 2013.
- CASTELLO, J. Cultura. In: LAMOUNIER, B; FIGUEIREDO, R. (orgs.). *A era FHC. Um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. p. 627-656.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1989.
- COUTINHO, C. N. Cultura e democracia no Brasil. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, 17, p.19-48, 1979.
- DOMINGUES, J., LOPES, G. Ministério da Cultura: entre o carisma e a coalizão. *Desigualdade & Diversidade*, v. 14, n.1, p. 4-38, 2014.
- DOMINGUES, J., PAULA, L. Esse tipo de artista não mais se locupletará da Lei Rouanet: políticas culturais e sentidos em disputa no Brasil pós-impeachment. In: *Anais do XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: UFBA, 2019.
- DOMINGUES, J., PAULA, L., SILVA, M. Do ato fóbico ao ato mágico pós-político: o novo mercado discursivo do Ministério da Cultura”. *Eptic*, v.20, n. 2, p. 178-195, 2018.
- FARIA, C., SILVA, V., LINS, I. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?”. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, 7, p. 249-284, 2012.
- GALLEGO, E., ORTELLADO, P., MORETTO, M. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava – Jato e contra a Reforma da Previdência. *Em Debate*, v. 9, n. 2, p. 35–45, 2017.
- GOMES, W. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho”. In: MAIA, R.; GOMES, W.; MARQUES, J. (orgs.). *Internet e*

participação política no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-46.

HOLLANDA, A. Entrevista. *Políticas culturais em revista*, v. 10, n. 1, p. 324-372, 2017.

HOLLANDA, H., GONÇALVES, M. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LIMA, R. Um leitura petista da agenda da gestão pública da cultura. In: RUBIM, A. (org.). *Política cultural e gestão democrática no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 37-54.

MAIA, R. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R.; GOMES, W.; MARQUES, J. (orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 47-94.

MEIRA, M. Desafios para a cultura no Brasil. In: *I Conferência Nacional de Cultura*. Brasília, Ministério da Cultura, 2007. p. XVIII-XIV.

MEIRA, M. Gestão cultural no Brasil: uma leitura do processo de construção democrática. In: RUBIM, A. (org.). *Política cultural e gestão democrática no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 17-36.

MENDES, H. *O palco de Collor: A precarização da política cultural no governo de Fernando Collor*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MICELI, S. Os intelectuais brasileiros e o Estado. In: SOARES, M. (org.). *Os intelectuais no processo político da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1985. p.124-129.

MIGUEL, L. O pensamento e a imaginação no banco dos réus: ameaças à liberdade de expressão em contexto de golpe e guerras culturais. *Políticas culturais em revista*, v. 11, n. 1, p. 37-59, 2018.

MUNIAGURRIA, L. *Políticas da cultura*. Trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional. São Paulo: Humanitas, 2018.

MUNIZ JUNIOR, J. S.; BARBALHO, A. Entre a diversidade e o antagonismo: práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 35, p. 1-18, 2020.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *A imaginação a serviço do Brasil: Programa de políticas públicas de cultura*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXE, J. R. Sistema Nacional de Cultura: um novo modelo de gestão cultural para o Brasil. In: RUBIM, A. (org.), *Política cultural e gestão democrática no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 221-246.

POGREBINSCHI, T., SANTOS, F. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados*, v. 54, n.3, p. 259-305, 2011.

PRUDENCIO, K.; LEITE, W. Comunicação e mobilização política na campanha Fora Ana de Hollanda. *Rev. Estud. Comun.*, v. 14, n. 35, p. 445-462, 2013.

RUBIM, A. Espetáculo, política e mídia. In: FRANÇA, V. *et alli* (orgs.). *Estudos de comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 85-103.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

SEMENSATO, C.; BARBALHO, A. A cultura em tempos de covid-19: análise das políticas estaduais de cultura dirigidas para o contexto emergencial da pandemia. In: FROTA, Francisco H.; FROTA, M.; SILVA M. (orgs.). *O impacto do COVID-19 nas políticas públicas*. Fortaleza: Edmeta, 2020. p. 171-194.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, L. *Conferências nacionais de políticas públicas e democracia participativa: conferências de políticas para as mulheres e decisões governamentais no período Lula (2003-2010)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

VARELLA, G. *Plano Nacional de Cultura. Direitos e políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.